

FONTES PARA O ESTUDO E O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA CONTEMPORÂNEA: O DIÁRIO DE CHE GUEVARA E AS CARTAS DE PAULO FREIRE¹

Elio Chaves Flores²

Introdução

Na primeira fase da Copa do Mundo, disputada na Alemanha nos meses de junho e julho de 2006, um comentarista da Rede Globo de Televisão saiu-se com essa pérola durante o jogo entre uma seleção da Europa e outra da África: – o notável numa Copa do Mundo é o encontro de países muito civilizados com países pouco civilizados, demonstrando que o futebol une os povos! Seu exemplo de país muito civilizado era a Suíça e de pouco civilizado era o Togo. Num outro jogo, entre França e Togo, o narrador – desta vez o narrador – disse esperar uma verdadeira guerra dentro do campo pelo fato de que o pequenino país africano havia sido colônia do império francês durante muito tempo. Em defesa desses intelectuais do futebol talvez se pudesse afirmar que, consoante a uma historiografia eurocêntrica, eles não estariam totalmente errados, pois faz pelo menos um século e meio que Hegel vem sendo repetido: a África não teria história, seria um continente fora do tempo e, portanto, o que se lhe restou foi simplesmente uma mágoa da civilização.

Inobstante, novas abordagens e interpretações estão sendo construídas a partir de uma posição acadêmica que tenta superar essa cultura historiográfica nada inocente, ainda que para chegar nos meios futebolísticos custem-nos algumas dezenas de anos e que muitos jogadores negros tenham que ouvir sonoras comparações com os símios nos estádios europeus, numa evidência de que um continente inventado como “muito civilizado” não está isento de ser “muito racista”. Seria então o caso do nosso comentarista voltar aos bancos escolares e aprender novamente História, especialmente História contemporânea, para perceber a África além da escravidão e do colonialismo? A resposta seria negativa: o voluntarismo não muda uma concepção de história, pois essa dimensão transformadora da ciência somente se torna possível com pesquisa, método e a defesa de uma cultura historiográfica compatível com o africanismo contemporâneo, numa palavra, sem o etnocentrismo classificador.

Com essa perspectiva o presente trabalho visa contribuir para a sistematização de fontes escritas e iconográficas para o estudo e o ensino de história da África contemporânea. Para isso, procura analisar duas fontes narrativas: o diário de Che Guevara, escrito na sua experiência de guerra revolucionária no Congo, em 1965 e 1966, e as cartas que Paulo

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático “Cultura Histórica e Linguagens Historiográficas”, durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006.

² Professor Adjunto do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

Freire enviou para os revolucionários da Guiné-Bissau quando participou de um projeto de educação libertadora na antiga colônia portuguesa, nos anos de 1975 e 1976. Parto do pressuposto de que os escritos e os acervos fotográficos constantes nas duas obras editadas permitem que se compreenda a cultura histórica da África negra no contexto das décadas de libertação (1956-1980).

O Diário

Os escritos de Che Guevara sobre sua participação nas guerras de libertação da África permaneceram inéditos por mais de trinta anos. Somente no ano de 1999 é que foi publicado, em várias línguas, o diário onde ele narra a sua dramática experiência revolucionária no Congo. O título original em espanhol remete a uma forma narrativa onde Che Guevara parecia repetir uma fórmula eficaz, pois já o mencionara ao narrar uma experiência anterior: *Pasajes de la guerra revolucionaria*, em 1963 sobre a revolução cubana e, em 1965, sobre a revolução congoleza no coração da África negra.³ Não vou me deter exatamente no conteúdo político do diário, pois o meu propósito aqui seria apresentar ao aluno de História a importância do documento e, para o professor de História, sugerir as possibilidades metodológicas de se trabalhar com o mesmo em sala de aula.

A primeira observação a se fazer é que o diário não é narrado na forma linear dos dias, meses, horas e altitude como, por exemplo, o diário dos onze meses que Che Guevara escreveu durante a campanha da Bolívia e que, muito provavelmente, teriam sido anotações para uma análise dos fatos mais profunda em termos da América Latina, não fosse sua execução no dia 09 de outubro de 1967.⁴ O diário de Che Guevara é o relato e análise crítica da primeira ação internacionalista de Cuba e de sua presença nas lutas de libertação dos países africanos frente ao colonialismo contemporâneo. Na sua edição definitiva ele pode ser apresentado com três partes constitutivas: uma advertência preliminar, a narração da experiência e um epílogo sobre o futuro dos acontecimentos africanos. No rápido texto da advertência preliminar, uma espécie de justificativa para o leitor, Che Guevara surpreende por seu realismo frente ao seu próprio protagonismo e às estratégias narrativas. Cito dois fragmentos:

Esta é a história de um fracasso. Vai ao detalhe factual, como corresponde a episódios de guerra, mas está matizada com observações e com espírito crítico que eu estimo que, se

³ As edições em espanhol, italiano, inglês e português datam de 1999. Trabalhei com a edição portuguesa: Ernesto Che Guevara. *Passagens da Guerra Revolucionária: Congo*. Tradução de Emir Sader. Rio de Janeiro: Record, 1999. Na língua inglesa foi editada e organizada por William Gálvez e foi publicada com o título: *Che in África: Che Guevara's Congo Diary*. Nova York: Ocean Press, 1999.

⁴ Parece não haver dúvida de que a experiência africana de Che Guevara está presente no importante documento escrito depois de seu retorno da África, quando já se encontrava em terras bolivianas. Trata-se da "Mensaje a lo pueblos del mundo a través de la Tricontinental", incluso na edição do *Diário em Bolívia*.

alguma importância pudesse ter este relato, seria a de permitir extrair experiências que sirvam para outros movimentos revolucionários.

(...)

Como norma geral, norma que sempre segui, aqui só se fala a verdade, pelo menos minha interpretação dos fatos, ainda que esta possa ser confrontada com outras apreciações subjetivas ou corrigidas.

Em alguns momentos em que a verdade pudesse resultar indiscreta ou inconveniente, se omite a referência, já que há coisas que o inimigo deve ignorar e aqui se colocam os problemas que possam servir aos amigos para um eventual reordenamento da luta no Congo (ou seu início em qualquer país da África ou de outros continentes com problemas semelhantes). Entre as referências omitidas estão as vias e os métodos para chegar ao território da Tanzânia, trampolim de nossa entrada no cenário desta história.⁵

Além da questão contedutística propriamente dita, uma introdução às lutas de libertação na África, a advertência preliminar permite que se discutam questões como: o problema da verdade histórica; as intenções de quem escreve no calor dos acontecimentos; os limites da verdade dos escritos de guerra; e, as estratégias de luta em situações adversas. Também fica claro que o autor deseja escrever para a posteridade, que o registro de seu testemunho tenha uma validade histórica. Trata-se, portanto, de uma parte fundamental da narrativa e que se torna fonte escrita capaz de suscitar problematizações sobre a história e a pesquisa histórica.

A narração da experiência revolucionária está dividida em vinte e um tópicos que, a título de exemplos, menciono alguns significativos: o primeiro ato, primeiras impressões, uma derrota, o começo do fim, desastre e, por último, o desmoronamento. As datas são pouco freqüentes para uma estrutura de diário. A primeira aparece como o dia 22 de abril de 1965, quando os revolucionários cubanos chegam à fronteira da Tanzânia, dois dias depois atravessam o Lago Tanganica e entram em terras congolosas. A temporalidade da narrativa se desenvolve pelos meses seguintes chegando até ao final do ano de 1965. É importante observar que Che Guevara se utiliza do que ele mesmo chamou de “diário de campanha”, isto é, escritos preliminares que depois foram reaproveitados – suponho também que outros foram descartados – para a redação final. Além desse procedimento, dos borradores ao diário, o autor também inseriu cartas de outros combatentes cubanos, telegramas, correspondência com Fidel Castro e com lideranças militares congolosas, o que caracteriza o corpo principal de *Passagens Revolucionárias* como uma fonte polifônica, onde várias vozes se entrecruzam nos fatos e estão se constituindo como testemunhos do próprio protagonismo.⁶ Diria mesmo que a simplicidade da escrita e a dramaticidade das ações de guerrilha exprimem sentimentos e expectativas dos vários atores envolvidos num contexto histórico de enfrentamento do colonialismo e do imperialismo na África entre 1956 e 1980,

⁵ Che Guevara. Op. cit., pp. 27-8.

⁶ Análise historiográfica sobre testemunhos históricos e suas narrativas consta no livro clássico de Marc Bloch. *Apologia da História, ou, O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, pp. 76-87. Sobre as fontes para a História da África, ver os artigos de T. Obenga. Fontes e técnicas específicas da história da África; e, I. Hrbek. As fontes escritas a partir do século XV. In: J. Ki-Zerbo. (Org.). *História Geral da África*. Vol. I (Metodologia e Pré-História da África). Paris; São Paulo: Unesco; Ática, 1982, pp. 91-104 e 129-56, respectivamente.

temporalidade da descolonização. Parece-me que, com Che Guevara, a história dos vencidos foi plenamente contada, daí a notável importância do seu diário como fonte para o ensino de História da África. No dia da retirada das tropas revolucionárias do Congo, ao cruzar o Lago Tanganica para o exílio de mais alguns meses em Dar-Es-Salam, capital da Tanzânia, Che Guevara escreveu palavras dramáticas:

Parecia que se tivesse rompido uma amarra e a exultação de cubanos e congoleses desbordava como água fervendo o pequeno recipiente dos barquinhos, ferindo-me sem me contagiar; durante aquelas últimas horas de permanência no Congo me senti sozinho, como nunca havia estado, nem em Cuba nem em nenhuma parte do meu peregrinar pelo mundo. Podia dizer: – Nunca como hoje voltei como todo meu caminho a me ver sozinho.⁷

Encontra-se nessa parte da publicação um outro acervo documental que permitem aos que trabalham com História uma visualização do cotidiano e dos costumes de homens em armas. Trata-se de um acervo iconográfico composto por 36 fotografias com legendas que, embora sejam pouco explicativas, identificam os protagonistas cubanos e africanos. Destacaria duas imagens pelo seu teor africanista.

Na primeira, Che Guevara aparece com uma criança congolesa nos braços e, ao seu lado, outro combatente armado com fuzil; ao fundo, uma típica habitação do interior da África oriental levantada com argila e madeira e coberta com materiais da floresta (ver fig. 1, anexos). Nota-se que a fotografia não é espontânea e se pode trabalhar com a hipótese de que ela faz parte de uma guerra por imagens, isto é, o cotidiano do guerrilheiro seria a prontidão para o combate.

Na segunda, camponeses da região oriental do Congo: um casal com filho em idade escolar com leves sorrisos para as lentes do fotógrafo; o homem e a criança usam vestes ocidentais e estão calçados ao passo que a mulher está vestida à moda africana e encontra-se descalça; a fisionomia da jovem esposa, de incalculável beleza, aparece ainda mais africana para o leitor da foto ao se perceber a estética dos cabelos trançados; ao fundo a paisagem africana surge exuberante e calma, como se ali não houvesse a luta de guerrilhas e de libertação (ver fig. 2, anexos). Quando se analisa uma determinada fotografia, como historiador, deve-se estar atento para “o heroísmo da visão” uma vez que “ninguém jamais descobriu a feiúra por meio de fotos”.⁸

Passemos então à terceira parte dos escritos de Che Guevara sobre a África que é o Epílogo. Trata-se de uma análise crítica sobre o tempo presente africano, uma avaliação sobre os movimentos de libertação no continente negro e as expectativas frente aos enfrentamentos com o imperialismo. O texto possui 25 páginas, com data do mês de janeiro de 1966 e, pelo que se sabe, foi escrito na capital da Tanzânia, antes de Che Guevara sair

⁷ Che Guevara. Op. cit., p. 249.

⁸ Ver Susan Sontag. *Sobre Fotografia*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004, pp. 99-128.

da África e ir para Praga, então capital da Tchecoslováquia, na Europa do Leste. Vou sintetizar o documento com três fragmentos que, a meu ver, podem ser utilizados em sala de aula quando não for possível acesso à obra publicada. A longa citação deve-se a esse objetivo:

A luta de libertação contra os poderes coloniais de novo tipo devem oferecer dificuldades extremas na África. De fato não há nenhum exemplo que permita mostrar suas distintas fases até a vitória; a Guiné chamada portuguesa é uma demonstração não acabada de uma guerra do povo bem conduzida mas contra o colonialismo, a Argélia não deve ser considerada como exemplo útil para nossas experiências dado que a França havia desenvolvido formas neocoloniais, que poderíamos chamar de típicas dentro de sua opressão colonial.

O Congo é o cenário da mais cruel e inflamada luta de libertação, portanto o estudo desta experiência nos poderá dar idéias úteis para o futuro.

(...)

Praticamente apenas o cone sul da África permanece oficialmente colonizado e há um clamor tão generalizado contra a permanência desse setor que provoca sua rápida extinção, pelo menos nas colônias portuguesas. A União Sul-Africana apresenta problemas diferentes.

Na luta de libertação africana, as etapas adiantadas do processo serão parecidas com os modelos atuais da luta do povo. O problema radica em como implanta-la solidamente e é aí onde se colocam questões que não estou em condições de esclarecer, eu gostaria apenas de deixar expostos alguns pontos de vista produtos da minha débil e fragmentária experiência. Se a luta de libertação pode ter sucesso nas atuais condições da África é preciso atualizar alguns esquemas da análise marxista.

Qual é a contradição principal da época? Se esta fosse a dos países socialistas e os imperialistas ou entre estes e suas classes operárias, o papel do chamado terceiro mundo se veria reduzido, apesar de que há cada vez razões mais sérias para considerar que a contradição principal é entre nações exploradoras e povos explorados.

(...)

Na África e sobretudo na parte chamada África negra, pela cor da pele de seus habitantes, se pode apreciar desde o comunismo primitivo, seguindo uma longa cadeia até encontrar o proletariado em alguns pontos isolados do mapa e as burguesias nacionais em desenvolvimento. De acordo com o novo esquema de ação do imperialismo não existe oposição de nenhum tipo entre as burguesias nacionais e os poderes neocoloniais. Cada país isolado, ao estabelecer seu esquema de luta de libertação, tem que começar por considerar como seus inimigos os imperialistas, as camadas em que se apóia sua força (como exércitos coloniais que deixaram e, mais perigosa ainda, a mentalidade colonial dos oficiais) e todos os novos ricos, os importadores e os industriais que começam a nascer, mas aliados intimamente ao capital monopolista em forma de capitalismo burocrático.⁹

Pode-se dizer que, dentro do contexto da Guerra Fria, a análise de Che Guevara é extremamente lúcida sobre a África – que ele vinha estudando há pouco tempo – e impressiona pelas informações históricas do tempo presente africano. Ele ainda apontava para os temores do neocolonialismo, especialmente o norte-americano, antecipando questões ainda em estado de germinação na década de 1960 e que somente alguns anos mais tarde viriam à tona no cenário histórico mundial como o tempo da globalização: “No marco de uma luta de características mundiais, a estratégia para a África é impedir que as

⁹ Che Guevara. Op. cit., pp. 267-69. Pode-se datar o processo de independência dos países africanos frente ao colonialismo europeu entre 1956, ano da independência de Gana, e 1980, ano da emancipação negociada do Zimbábue, então o último reduto do colonialismo inglês governado pela minoria branca. Entretanto, como as lutas de libertação lograram êxito até meados da década de 1970, especialmente com o fim do colonialismo português, predomina a temporalidade África pós-colonial a partir de 1975. Ver Leila Leite Hernandez. *A África na Sala de Aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005, pp. 193-268 e 503-612; e, José Carlos Rodrigues. *Pequena História da África Negra*. Rio de Janeiro: Globo, 1990, pp. 181-284.

bases de reserva do imperialismo permaneçam quietas e por isso cada povo deve impulsionar ao máximo sua luta pela autêntica libertação”. Evidentemente que a história da África pós-colonial se tornaria muito mais complexa à luz da interpretação marxista da história e dramáticas experiências de revoluções de novo tipo ainda estão em curso no continente africano.¹⁰

Para concluir as observações sobre os escritos de Che Guevara sobre a África negra seria importante destacar o pequeno documento “Esclarecimento de alguns termos” escrito pelo autor como uma nota explicativa sobre o uso de determinadas palavras da língua swahili — que se pode aporuguesar para suaíle —, uma língua franca da África oriental, produto da mistura de elementos árabes com as línguas e falares bantos e que, em quase todos os países dessa região, é mais falada do que as línguas ocidentais dos colonizadores, como o inglês e o francês. Che Guevara chegou a estudar o suaíle para melhor se comunicar com os camponeses do Congo admitindo que, por ser também uma língua fonética, a pronúncia era bastante parecida com o espanhol.¹¹ A questão das línguas nacionais, sentida por Che Guevara, continua sendo um complexo problema na África pós-colonial tendo em vista que a variação lingüística de cada país dificulta a educação universal, a produção de materiais didáticos e a gestão das escolas africanas.

As Cartas

A experiência de Paulo Freire na África negra ocorreu logo depois que Che Guevara tinha participado da guerra de guerrilhas no oeste Congo, região lacustre dos grandes lagos, também conhecida como o coração da África. Da mesma forma que Che Guevara, Paulo Freire entrou na África pela capital da Tanzânia, Dar-Es-Salam, no início da década de 1970. O governo tanzaniano de Julius Nyerere (1922-1999), o líder pan-africanista que aproximou o seu país do socialismo, dava apoio para os movimentos revolucionários africanos e recebia intelectuais comprometidos com a superação do colonialismo. Paulo relembra, por exemplo, dos relatos de seus amigos africanos sobre as marcas cruéis do colonialismo e do racismo quando estava no exílio em Genebra. As várias viagens que ele faria à África no decorrer da década de 1970 possibilitaram que ele visse mais de perto a violência do colonialismo na mesma década de sua agonia histórica. Essas experiências levaram-no à tese segundo a qual seria preciso destruir a escola colonial para fazer emergir

¹⁰ Chamaria de revolução de novo tipo a revolução social e étnica que pôs fim ao racismo na África do Sul, institucionalizado pela minoria branca entre 1948 e 1994. A África pós-colonial se depara, portanto, com as novas experiências da democracia ocidental, as heranças socialistas das lutas de libertação contra o colonialismo e o racismo e as tradições ancestrais de longa duração. Ver, por exemplo, Sakhela Buhlungu. O reinventar da democracia participativa na África do Sul. In: Boaventura de Sousa Santos. (Org.). *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 133-70; Victor Hugo Nicolau. Cultura tradicional e processo de democratização em África. In: *Travessias*. Revista da Associação de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa. N.º 1. Rio de Janeiro, setembro de 2000, pp. 169-81. Sobre o fenômeno econômico e a globalização no continente africano, ver Rui Moreira de Carvalho. *Compreender África: teorias e práticas de gestão*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005.

¹¹ Che Guevara. Op. cit., pp. 19-25. Uma discussão clássica sobre a questão lingüística na África consta em D. Olderogge. Migrações e diferenciações étnicas e lingüísticas. In: J. Ki-Zerbo. (Org.). *História Geral da África*. Op. cit., pp. 287-305.

na África negra uma escola libertadora que, a rigor, ele percebeu na práxis dos contatos interculturais.¹²

Paulo Freire se descobre africano assim, no seu próprio brasileiro pernambucano, ao abrir a introdução do livro que reúne as suas cartas a Guiné-Bissau, na África atlântica, a antiga colônia portuguesa que fizera a sua luta de libertação entre 1961 e 1974. As impressões sentimentais freirianas também são importantes para a perspectiva de uma História da África que contemple conteúdos além da escravidão, que trabalhe a dimensão do Atlântico Negro no contexto da modernidade colonial e pós-colonial. Veja, leitor, o quanto é precioso esse fragmento:

Meu primeiro encontro com a África não se deu, porém, com a Guiné-Bissau, mas com a Tanzânia, com a qual me sinto, por vários motivos, estreitamente ligado.

Faço esta referência para sublinhar quão importante foi, para mim, pisar pela primeira vez o chão africano e sentir-me nele como quem voltava e não como quem chegava. Na verdade, na medida em que, deixando o aeroporto de Dar es Salaam, há cinco anos passados [1971], em direção ao *campus* da universidade, atravessava a cidade, ela ia se desdobrando ante mim como algo que eu revia e em que me reencontrava. Daquele momento em diante, as mais mínimas coisas – velhas conhecidas – começaram a falar a mim, de mim. A cor do céu, o verde-azul do mar, os coqueiros, as mangueiras, os cajueiros, o perfume de suas flores, o cheiro da terra; as bananas, entre elas, a minha bem amada banana-maçã; o peixe ao leite de coco; os gafanhotos pulando na grama rasteira; o gingar do corpo das gentes andando nas ruas, seu sorriso disponível à vida; os tambores soando no fundo das noites; os corpos bailando e, ao fazê-lo, *desenhando o mundo*, a presença, entre as massas populares, da expressão de sua cultura que os colonizadores não conseguiram matar, por mais que se esforçassem para fazê-lo, tudo isso me tomou todo e me fez perceber que eu era mais africano do que pensava.

Naturalmente, não foram apenas estes aspectos, para alguns puramente sentimentalistas, na verdade, contudo, muito mais do que isso, que me afetara naquele encontro que era um reencontro comigo mesmo.

(...)

Este sentir-me em casa, no chão africano, se repetiu em certos aspectos, de maneira ainda mais acentuada, quando, em setembro do ano passado [1975], visitei, com a equipe do Instituto de Ação Cultural – IDAC – pela primeira vez, a Guiné-Bissau. Poderia dizer: quando *voltei* à Guiné-Bissau.¹³

Com efeito, Paulo Freire foi capaz de produzir observações ímpares sobre o processo de descolonização da África, especialmente as lutas das colônias portuguesas e o fim do império português. Mais ainda, ao narrar e analisar a perspectiva de uma educação libertadora na África independente, escreveria um notável testemunho histórico. Esse é o interesse do historiador pelos textos e cartas que Paulo Freire escreveu à Guiné-Bissau cujo subtítulo seria, por si mesmo, uma referência: *registros de uma experiência em processo*. Consoante aos escritos de Che Guevara, a obra editada de Paulo Freire é composta por três partes: 1) a Introdução, compostas por duas longas partes, representa o esforço teórico do autor em compreender o processo da luta política; 2) um Pós-Escrito, que representa

¹² Paulo Freire. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, pp. 137-54.

¹³ Paulo Freire. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp. 13-14.

uma tentativa de atualizar procedimentos e acrescentar informações novas ao documento anterior; 3) as Cartas propriamente ditas, compostas por dezessete missivas, sendo onze a Mário Cabral, Comissário do Estado para a Educação e Cultura de Guiné-Bissau e seis à equipe do Instituto de Ação Cultural que atuava no país africano.

Na primeira parte, a avaliação de Paulo Freire sobre a necessidade de desmontar a educação colonial e, em seu lugar, construir outra obra educativa, sintetiza o que muitos pensadores africanistas consideravam como vital para as novas gerações do continente. Paulo Freire escreve como um africano, que vê as experiências africanas em processo, como se pode perceber a partir da citação da primeira parte da Introdução, cujos itálicos são dele mesmo:

Na verdade, a educação colonial herdada, de que um dos principais objetivos era a *desafricanização* dos nacionais, discriminadora, mediocrementemente verbalista, em nada poderia concorrer no sentido da reconstrução nacional, pois para isto não fora constituída. A escola colonial, a primária, a liceal, a técnica, esta separada da anterior, antidemocrática nos seus objetivos, no seu conteúdo, nos seus métodos, divorciada da realidade do país, era, por isso mesmo, uma escola de poucos, para poucos e contra as grandes maiorias. Seleccionava até mesmo a pequena minoria dos que a ela tinham acesso, expulsando grande parte deles após os primeiros encontros com ela e, continuando a sua filtragem seletiva, ia aumentando o número dos renegados. Renegados em quem enfatizava o sentimento de inferioridade, de incapacidade, em face de seu *fracasso*.

Reproduzindo, como não podia deixar de ser, a ideologia colonialista, procurava incutir nas crianças e nos jovens o perfil que deles fazia aquela ideologia. O de seres inferiores, incapazes, cuja única salvação estaria em tornar-se *brancos* ou *pretos de alma branca*. Daí o descaso que essa escola necessariamente teria de ter por tudo o que dissesse de perto aos nacionais chamados de *nativos*. Mais do que descaso, a negação de tudo o que fosse representação mais autêntica da forma de ser dos nacionais: sua história, sua cultura, sua língua. A história dos colonizados *começava* com a chegada dos colonizadores, com sua presença *civilizatória*; a cultura dos colonizados, expressão bárbara de compreender o mundo. Cultura, só a dos colonizadores. A música dos colonizados, seu ritmo, sua dança, seus bailes, a ligeireza de movimentos de seu corpo, sua criatividade em geral, nada disto tinha valor. Tudo isto, quase sempre, tinha de ser reprimido e, em seu lugar, imposto o gosto da Metrópole, no fundo, o gosto das classes dominantes metropolitanas.¹⁴

Somente a título de exemplo, até 1963, quando o Partido Africano da Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAICG) começou a implantar escolas para os combatentes e camponeses nas zonas libertadas, apenas 14 guineenses tinham concluído o curso superior e 11 haviam se formado no ensino técnico de nível médio. O índice de analfabetismo chegava a 90% da população cuja escolarização atravessaria a conjuntura da libertação de forma ainda precária. De forma que a dominação econômica era simultânea ou mesmo precedida pela dominação cultural. Não por acaso, Perry Anderson passou a denominar o colonialismo português de ultracolonialismo, isto é, “uma modalidade simultaneamente mais extrema e mais primitiva de colonialismo”¹⁵. Paulo Freire acreditava que os Círculos de

¹⁴ Paulo Freire. *Cartas à Guiné-Bissau*. Op. cit., p. 20. Sobre as idéias pedagógicas e a ação cultural na concepção de Paulo Freire, ver Afonso Celso Scocuglia. *A História das Idéias de Paulo Freire e a Atual Crise de Paradigmas*. 5.ª ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2006, pp. 55-94.

¹⁵ Perry Anderson. *Portugal e o Fim do Ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 55.

Cultura, uma experiência que ele tinha testado de forma eficaz no Brasil, antes do golpe militar de 1964, na alfabetização de jovens e adultos, mudaria a realidade colonial da Guiné-Bissau libertada, pois as temporalidades colonial e pós-colonial continuavam misturadas nas armaduras da cultura e da educação. Seria com esperança de protagonista que Paulo Freire escreve o último parágrafo da sua longa introdução à obra, ao admitir a certeza de que estavam “marchando na paciente impaciência”, ele, a equipe, os dirigentes e o povo da antiga colônia portuguesa. Uma conclusão em que aparece nitidamente a sua condição política, exilado, no inverno de Genebra, em 1976: “o nosso envolvimento na Guiné-Bissau tem provocado em nós, não uma nostalgia do Brasil, mas uma saudade mansa, bem comportada, dos já distantes anos em que, em Círculos de Cultura tão vivos quanto os de Có e os das FARP, tanto aprendemos com o nosso povo”¹⁶.

Como já afirmei, o documento seguinte, o Pós-Escrito, que data da primavera do ano de 1977, portanto, redigido depois das Cartas, procura aprimorar a Introdução e acrescentar novas análises. A primeira questão que Paulo Freire levanta diz respeito às relações entre educação e produção, considerando o valor formador do trabalho. Ao falar dos 800 jovens alunos do Liceu de Bissau, a capital do país, sua constatação parece eufórica em relação ao projeto nacional de Guiné-Bissau: “sua juventude, a pouco e pouco, vai deixando de *consumir* letras, de memorizar a geografia e a história da metrópole para ir tendo, no trabalho, a fonte de seu estudo”¹⁷. A presumível euforia é mediada pelo registro processado na prática educativa e operacional do projeto que o autor se propõe a narrar. Nesse sentido, destaco mais um fragmento dessa segunda parte da edição, mas que foi, insisto, escrita por último:

Só recentemente, porém, é que foi possível intensificar, sobretudo na zona de Bissau, o programa da pós-alfabetização ao se poder contar com o indispensável material de suporte que assegurará a sua extensão a outras zonas do país. Refiro-me aos cadernos básicos, ou manuais – um, com orientações, informações e sugestões dirigidas aos animadores; o outro, com textos cuja temática, ao ser analisada e discutida, possibilita o aprofundamento da *leitura* crítica da realidade nacional, iniciada na fase de alfabetização e se alonga na compreensão da realidade africana. Esforço a que se junta, como não poderia deixar de ser, o estudo desenvolvido do cálculo.¹⁸

Paulo Freire apostou muito na produção dos materiais de letramento da população, na aquisição de uma cultura letrada e também apontou, como Che Guevara, para as dificuldades em relação às questões da língua nacional e à língua do colonizador, uma

¹⁶ Paulo Freire. *Cartas à Guiné-Bissau*. Op. cit., p. 68. A Escola de Co foi o local das primeiras ações pedagógicas do projeto freiriano na Guiné-Bissau. As FARP (Forças Armadas Revolucionárias do Povo) incluíam os guerrilheiros e as milícias populares e foram organizadas ainda na década de 1960.

¹⁷ Idem, ibidem, p. 73.

¹⁸ Idem, p. 79. Sobre as identidades e lutas políticas em Guiné-Bissau e Cabo Verde, ver Gabriel Fernandes. *A Diluição da África*. Florianópolis: Editora UFSC, 2002, pp. 139-81.

herança apropriada mas carregada de simbologias históricas que entravavam a radicalidade da reafirmação dos países emancipados.

Passo agora a apresentar as Cartas como a terceira parte da documentação da obra apresentada. A primeira é datada de janeiro de 1975, que se soma às de abril, julho, agosto, outubro, duas de novembro e duas de dezembro. No ano seguinte são escritas duas logo no mês de janeiro, duas em fevereiro, duas em abril, uma em maio e a última não menciona data, apenas “primavera de 1976”. Todas as cartas são escritas de Genebra e os destinatários são dois na verdade: Mário Cabral e a equipe do Instituto de Ação Cultural que atuava no projeto educacional na Guiné-Bissau. O objetivo das cartas, como o próprio Paulo Freire enfatiza, seria o de problematizar e desafiar. Ele reiterava nas cartas a necessidade da reflexão em qualquer ação que denotasse a teorização da própria prática. Numa delas insistiu que suas cartas nada tinham de prescritivas, pois seriam “antes desafios que lhes faço e me faço para que nos engajemos na prática da reflexão sobre a prática num projeto em processo”¹⁹. Noutra carta, endereçada a Mário Cabral, Paulo Freire reclama da sua saúde abalada e anota uma observação metodológica sobre a leitura das cartas:

Talvez pudesse dizer, perdendo agora um pouco a humildade, que um a das melhores maneiras de se lerem minhas cartas seria a de, após tentar a compreensão de sua globalidade, procurar retirar delas possíveis linhas de trabalho que me passaram despercebidas, mas que se encontram ocultas numa ou noutra afirmação no corpo das mesmas. No fundo, ler profundamente uma carta é reescrevê-la.²⁰

Como se viu, na Introdução e no Pós-Escrito, outro grande desafio que Paulo Freire se colocava era refletir sobre a “educação colonial herdada” que devia ser “radicalmente transformada e não simplesmente reformada”. Para a sua equipe, a comissão de alfabetização, ele também enfatizava a necessidade da ruptura no campo educativo:

Enquanto a educação colonial tinha com um de seus principais objetivos, ao lado da desafirmação dos nacionais, a preparação de quadros subalternos para a administração, agora o importante é a formação do homem novo e da mulher nova, a que se associa a criação daquele novo tipo de intelectual a que antes me referi. E não é com o que a sociedade em reconstrução herdou do colonizador que ela poderá cumprir esta fundamental tarefa.²¹

A carta acima citada é uma das mais longas, rica em problematização, propõe as unidades temáticas e exemplifica o método de alfabetização do autor. Paulo Freire sugere que uma palavra geradora para a Guiné-Bissau seja o arroz, produto da alimentação popular: geografia do arroz, política do arroz, história do arroz, saúde e arroz. Para ele, seria a possibilidade de “ao se estudar a geografia do arroz, estudar-se a geografia do país; ao

¹⁹ Carta de Paulo Freire à Camarada Teresa Mônica. Genebra, 03 de fevereiro de 1976. *Cartas à Guiné-Bissau*. Op. cit., p. 141.

²⁰ Carta de Paulo Freire a Mário Cabral. Genebra, abril de 1976. Op. cit., p. 148.

²¹ Carta de Paulo Freire aos Camaradas Mônica, Edna e Paulo. Genebra, 05 de janeiro de 1976. Op. cit., p. 125.

estudar-se a história do arroz, discutir-se a história do país; a história das primeiras resistências ao invasor; a história da luta pela libertação”. E ao se estudar a Guiné-Bissau, “situá-la no contexto africano e este no mundial”²². Com efeito, embora não seja o objetivo desse estudo analisar os conteúdos das cartas, deve-se acrescentar que se trata de uma correspondência muito importante para a compreensão da história da África pós-colonial, especialmente no que concerne aos projetos educativos dos países novos e de seus anseios de reafirmação da cultura. Nesse aspecto, a escrita de Paulo Freire relata de fato “uma experiência em processo” na qual se observa o protagonismo de educadores e gestores na difícil criação de uma educação nova, capaz de soterrar o colonialismo e as colonialidades mentais.

Ainda deve-se destacar da obra publicada o acervo com nove fotos, rica em atividades revolucionárias, sociais e educativas, legendadas ao que parece pelo próprio Paulo Freire. As fotografias foram publicadas com a autorização do Comissariado de Informação e Turismo da República da Guiné-Bissau, sendo algumas pertencentes ao acervo do Centro Áudio-Visual de Guiné-Bissau. Em suma, são registros visuais da experiência narrada que denotam uma dada revelação da história, sim, porque das lentes do artefato fotográfico emerge para o leitor da imagem uma história instituída.

Usarei a mesma abordagem referente ao acervo constante na obra de Che Guevara e farei a descrição de duas fotografias escolhidas por Paulo Freire. Na primeira, uma cena cotidiana: momento de recreação de homens, a grande maioria está descalça, na terra sem grama do Centro de Formação e Recuperação de Professores Máximo Gorki, da Escola de Cói, no interior da Guiné-Bissau; ao fundo, as construções de alvenaria, cobertas com folhas de zinco, muito disseminadas na África colonial e pós-colonial (fig. 3, anexos). Na segunda, tem-se uma imagem histórica: homens com uniformes de guerrilha, com a mão direita erguida, entoam suas vozes no meio da floresta da África ocidental. Trata-se do juramento das forças revolucionárias do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde no momento da declaração da independência da República da Guiné-Bissau, na localidade de Medina do Boé, em setembro de 1973. No centro, em destaque, está o líder revolucionário, depois presidente, Luiz Cabral seguido de outros dirigentes do novo Estado (fig. 4, anexos). Vistas agora, essas fotos dos tempos da revolução emancipacionista na Guiné-Bissau, parecem contingenciais e confirmam que mesmo os tempos heróicos são perecíveis. Por isso, recorro mais uma vez a Susan Sontag: “a arbitrariedade da evidência fotográfica indica que a realidade é fundamentalmente inclassificável”²³.

²² Idem, p. 137. Paulo Freire dialoga muito com Amílcar Cabral, o principal teórico da revolução africana que escreveu em língua portuguesa. Ele não somente oferece o livro a Amílcar Cabral como o cita à exaustão, especialmente a partir de sua principal tese: a tomada de consciência histórica seria “um fato cultural e um fator de cultura”.

²³ Susan Sontag. *Sobre Fotografia*. Op. cit., p. 95.

Considerações Finais

Penso que deixei claro, no decorrer desse artigo, que as fontes para o estudo e o ensino de História da África Contemporânea, ainda que escassas nas bibliotecas e de difícil acesso para professores e estudantes, são variadas e disseminadas em linguagens historiográficas que ultrapassam o valor heurístico do documento manuscrito. Um diário publicado, um acervo fotográfico, uma série de cartas, relatórios de experiências, enfim, registros históricos usados pela reprodutibilidade técnica constituem valiosos instrumentos para o ofício de quem pratica uma ciência, a ciência da história.

No caso da história do continente africano, somente na última década do século 20 é que se percebe um lento deslocamento do etnocentrismo curricular no ensino brasileiro. Por isso mesmo, o importante seria apostar na criatividade metodológica e ir juntando, aos poucos, conjuntos de fontes narratológicas (manifestos, romances, poesias) e visuais (fotografias, documentários, filmes) para que as aulas de História da África possam ser africanistas na teoria e no método, isto é, que o cenário racial não seja mais do que um palimpsesto da história, uma rasura epistemológica e não a explicação causal da África negra. Seria preciso, portanto, superar a dimensão patológica da historiografia brasileira, o ethos colonizado.



Figura 1: Che Guevara com um menino congolês nos braços.

Fonte: *Passagens da Guerra Revolucionária: Congo*. Acervo iconográfico, 19.^a Foto.



Figura 2: Congolese dos arredores da zona de operações da guerrilha.
Fonte: *Passagens da Guerra Revolucionária: Congo*. Acervo iconográfico, 22.^a Foto.



Figura 3: Vista parcial do Centro de Formação e Recuperação de Professores Máximo Gorki, Escola de Có, Guiné-Bissau, 1977.
Fonte: *Cartas à Guiné-Bissau*, p. 70.



Figura 4: Juramento dos dirigentes do PAIGC no momento da declaração da independência da República da Guiné-Bissau, em Medina do Boé, setembro de 1973.
Fonte: *Cartas à Guiné-Bissau*, p. 154.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. *Portugal e o Fim do Ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- CARVALHO, Rui Moreira de. *Compreender África: teorias e práticas de gestão*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005.
- CHE GUEVARA, Ernesto. *Passagens da Guerra Revolucionária: Congo*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- FERNANDES, Gabriel. *A Diluição da África*. Florianópolis: Editora UFSC, 2002.
- FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na Sala de Aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- KI-ZERBO, J. (Org.). *História Geral da África*. Vol. I (Metodologia e Pré-História da África). Paris; São Paulo: Unesco; Ática, 1982.
- NICOLAU, Victor Hugo. Cultura tradicional e processo de democratização em África. In: *Travessias*. Revista da Associação de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa. N.º 1. Rio de Janeiro, setembro de 2000, pp. 169-81.
- RODRIGES, José Carlos. *Pequena História da África Negra*. Rio de Janeiro: Globo, 1990.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SCOCUGLIA, Afonso Celso. *A História das Idéias de Paulo Freire e a Atual Crise de Paradigmas*. 5.ª ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2006.
- SONTAG, Susan. *Sobre Fotografia*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.